

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

A PROPÓSITO DE UMA IMAGEM SEISCENTISTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.

TEIXEIRA, Maria Emília Amaral

Ano: 1957 | Número: 67

Como citar este documento:

TEIXEIRA, Maria Emília Amaral, A Propósito de uma imagem seiscentista de Nossa Senhora do Rosário. *Revista de Guimarães*, 67 (3-4) Jul.-Dez. 1957, p. 521-529.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A propósito de uma imagem seiscentista de Nossa Senhora do Rosário

PELA DR.^a D. MARIA EMÍLIA AMARAL TEIXEIRA
Directora do Museu de «Alberto Sampaio» (Guimarães)

Possui a antiquíssima Irmandade desta invocação, de Guimarães, uma muito curiosa peça, cheia de interesse para o estudo da ourivesaria portuguesa, que é a imagem seiscentista de prata da sua padroeira (1).

Por muito bem que a pudéssemos descrever, não suplantariamos o que dela refere o inventário dos bens, prata e ornamentos iniciado a 2 de Abril de 1743, onde se lê, a pág. 37 e 37 v.:

« — Imagem da S.^{ra} de pra|ta & peças; que em si contem. | Tem hua Imagem de N. Senhora do Rozario pequenina para as procissões dos primeyros | Domingos dos mezes, a qual tem o Menino nos | braços, e tem sua coroa, e resplandor, e peanha | tudo de prata perfumada de ouro, que tudo pe|za deoito marcos, e seis onças (2), que pelo tempo | prezente val em pezo, e feito 132\$560. | Não falando no ouro da perfumação, q̃ lhe fez no | anno de 1646 o ourives Fracisco Luis a quem | o Thizoureyro Gonçalo Ribeyro pagou por desas|sete mil rs. como consta do 1.º liv. da receita e des|peza a fol. 162 vs.º.

Na peanha da mesma s.^{ra} pela parte de diante tẽ | hũ letreiro de letras redondas esculpidas em hãa | tarja em latim, q̃ dizem. Ora pro populo, intercede | pro fratribus Rozarij.

(1) A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de Guimarães, tem a sua sede na Igreja de S. Domingos, que se encontra em restauro, e as suas peças estão actualmente à guarda da Venerável Ordem Terceira de S. Domingos.

(2) Ou seja 4303,gr654.

E pela parte posterior tem outro letreiro em latim, que diz o seguinte.

Antonius Dias argentarius conimbricencis fecit de mandato Lecenciati Francisci Rebeli de Valladares Vimaranensis. Anno Dñi 1613 (1).

Para se fazer a dita Senhora applicou o R.^{do} Abb.^e Francisco Rebello de Valladares Juiz da Irmandade no anno de 1612. com o L.^{do} Bento Barboza Escrivão e Salvador Glã Tizoureyro, e os mais, que com elle servirão, as suas esmolas, o q̃ consta de hã assento, feito em o 1.^o liv. da receyta, e despeza aos 18 de Mayo de 1613 (2). E a mandou fazer em Braga, porq̃ a fol. 68. do dito livro se diz, que o Thizoureyro Antonio Alvarez, que servio com o Juiz Pedro de Freytas Peyxoto no anno de 1613. dera onze mil rs para ir buscar a Senhora a Braga, e acabar de pagalla: baste esta not.^a p.^a os coriozos».

Como se vê, não só temos uma boa descrição da peça, como uma ficha completa feita por pessoa escrupulosa e avisada, citando as fontes das informações que dá, e não esquecendo as necessidades dos esquadrinhadores de arquivos. Honra lhe seja! Só faltou dar as medidas que são:

altura total	0, ^m 630
idem da coroa	0, ^m 135
idem da Virgem	0, ^m 430
idem do Menino	0, ^m 160
idem do plinto	0, ^m 095
largura do plinto	0, ^m 150
profundidade do plinto	0, ^m 150

No seu desejo de servir os curiosos, o que não futuraria o autor do inventário era a perplexidade em que iria ficar o estudioso perante a afirmação de

(1) Como se vê, o latim da inscrição foi alterado pelo inventariante.

(2) Tal livro já não existe, o que é muito para lamentar.

ter sido a imagem feita em Braga, quando o seu autor se diz «*argentarius conimbricensis*». Tratar-se-ia de um artista de Coimbra que tivesse vindo estabelecer-se em Braga, ou ali trabalhasse acidentalmente, e que justamente orgulhoso da proveniência, do seu meio de formação artística, por isso mesmo acrescentasse ao nome a profissão e a terra de formação? Não sabemos.

As investigações que iniciámos em Braga, no sentido de obtermos algum dado sobre a existência de um ourives de seu nome a trabalhar ali, apresentaram-se-nos muito morosas e sem esperanças.

Em Coimbra, sim. Sabemos por Teixeira de Carvalho («*Ourives de Coimbra*», Coimbra, 1922, pág. 133 e 135) que a 30 de Agosto de 1597 era passada carta de exame a um António Dias «*para servir o officio de ourives de prata*», e que a 9 de Junho de 1608 um outro António Dias recebia a sua carta de «*examinação . . . p.^a cõ ella servir E uzar o officio de ourives*». E é tudo quanto conhecemos sobre lavrantes de prata ou ouro com tal nome. Teria algum destes sido o autor da nossa imagem? Não sendo única no género, sabemos que não há muitas peças de ourivesaria portuguesa cujo autor conheçamos e, neste caso, se não é lícito fazer afirmativas, é possível admitir que um destes dois artistas a tenha realizado.

Adriano de Gusmão, ao elaborar o seu catálogo da exposição de arte sacra, por iniciativa da Fundação da Casa de Bragança integrada nas comemorações do centenário da Cidade de Guimarães, ainda inédito, considerou-a a peça de maior interesse naquele notável conjunto.

É curioso que não encontramos qualquer referência a esta imagem, nem entre os estudiosos das coisas de Arte, nem entre os monógrafos vimaranenses, nomeadamente o Abade de Tãgilde, que citamos por se ter ocupado de «*Guimarães e Santa Maria*», com largas referências à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Porque mereceu menos atenção uma peça tão curiosa? Supomos que a razão esteja na geral tendência de menosprezarmos as obras de Arte que nos ficam atrás um ou dois séculos, fazendo

assim que se olvidem trabalhos representativos de uma época ou, o que é pior, por vezes se aniquilem. São bem conhecidos os exemplos de destruição de peças de valor, porque, evolidos os cânones estéticos, o poder de compreensão do seu valor artístico se obliterou.

Estamos em crer que os monógrafos do séc. XIX a não terão tomado no seu real valor e, guardada e não citada, ficou como que esquecida.

Na própria Irmandade, a imagem tão largamente descrita em 1743, é assim lançada na «Descrição dos objectos preciosos» do inventário iniciado a 29 de Junho de 1861: «— *Huma Senhora que sahe nas Dom^{as} das Reformas, dezoito marcos, sette onças e 4 oitavas* (1) — 136\$320». Tão só, enquanto outras peças são descritas com muito mais largueza.

Seja como for, é a imagem de prata de Nossa Senhora do Rosário uma bela peça. É elegante o movimento dos braços, são bem lançadas as roupagens, mesmo com busca de subtilezas, como se vê sob o braço que segura o Menino, no pregueado da manga direita, de resto já tão característico de obras do séc. XVII, e, duma maneira geral, por toda a peça.

É bom o trabalho do repuxado e do cinzelado, e se alguma hesitação encontramos será no desenho da decoração, como se nota na cartela da face anterior do plinto, nomeadamente na moldura central, onde o desenho da folhagem é muito desigual. Bem assim no traçado das letras, tratando-se, a nosso ver, de um artista analfabeto que seguiu o desenho fornecido e, mesmo assim, cometendo erros. Por exemplo, na inscrição da face posterior do plinto a inicial de «*vimarínensis*» foi um «*N*», ao qual se suprimiu, de maneira fruste, o ramo vertical esquerdo, resultando um «*V*» distorcido. O tratamento do cabelo, todo o trabalho na coroa, atestam ser o autor um lavrante de muito mérito. Por ventura

(1) Mais cerca de 43 gr. que o pêso referido no inventário de 1743.



Imagem de prata de Nossa Senhora do Rosário



Inscrição na parte anterior do plinto



Inscrição na parte posterior do plinto

da mão de outro artista, é bom também o esmalte pintado da carnação da Senhora, bem como a do Menino.

Na mão direita deveria Nossa Senhora ter seguro um rosário, como lhe competia, que sabemos era de corais (1).

Foi portanto a imagem feita possivelmente em Braga, e restaurada em 1646 pelo ourives Francisco Luís. Para acrescentarmos mais alguma coisa à história da peça, estranha às indicações que nela própria se lêem, transcrevemos o que pode ver-se a pág. 5 do «*Tombo das pesas de prata e moves e juro e propriedades que tem a Irmandade da Sñora do Rosario*» (2):

« — A sñora deprata

*Primeiramente temos nesta sancta | irmandade
dasñora dorosairo hũa | snsra deprata quelevamos
nas por|sicois queseffes Porordem do R^{do} | sñor Abb.^e
francisco Rabello : | de valadares servindo de juis c |
escrivão o P.^e, Bento barbosa | tisoureiro salva-
dorgonçalves a | quoaal imagem de prata peza | desa-
sete marcos. ou des oito. | Custou mais do ffeito
vintes | sinco mil reis ».*

Tem à margem a indicação «dourada» e em baixo, com outra letra, «*Foy feita em Braga*». Enumerando-se os adornos e peças da Senhora — seguramente dádivas dos seu devotos — diz-se: «*Tema-sñora hua quaixa encourada e forada em que esta guardada*» (3).

Ficamos portanto a saber quanto custou em 1613 o feitto da curiosa peça.

(1) Inventário de 1743.

(2) Sem data; presumimos que seja anterior ao de 1743.

(3) O desaparecimento deste estojo, não sabemos em que data, tem prejudicado sensivelmente a peça que, num ponto ou noutro, se apresenta um tanto amolgada.

*

Sobre quem foi o Licenciado Francisco Rebello de Valadares, responsável pela iniciativa da factura da imagem que nos ocupa, alguns dados foi possível apurar.

Dos seus ascendentes nada sabemos de seguro; no entanto, é lícita a hipótese de que seu pai fosse um João de Valadares, morador na Rua de Santa Maria. Diremos porquê.

Com os apelidos Rebello de Valadares encontramos em Guimarães, no século xvii, o nosso irmão do Rosário, um Licenciado Lourenço Rebello de Valadares que veio a ser juiz da Irmandade em 1619 e um Simão Rebello de Valadares, herói vimaranense nas terras indústânicas. Transcrevemos o que o Padre Torquato Peixoto de Azevedo diz dele e seu feito nas *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães* para se ver que não há exagero no nosso julgamento. Assim, a pág. 398, entre os «naturaes da vila de Guimarães, que floreceram nas armas» sobressai:

« Simão Rebello de Valadares se embarcou para a Índia contra a vontade de seu pae, João de Valadares, que morava nas suas casas na rua de Santa Maria, achou-se no escalonamento da praça de Ceilão, aonde deixando os braços decepados no poder dos inimigos, tornando a descer deixou o corpo junto à muralha. Os Turcos levantaram logo em trofeu os braços, escudo e espada sobre as ameias: mas os nossos se excitaram de tal modo com aquela vista, que voltaram ao ataque, e em breves horas foram senhores da praça, e lhe deram gloriosa sepultura. »

Registamos ser seu pai João de Valadares e ter suas casas na rua de Santa Maria.

Pois também sabemos que Francisco Rebello de Valladares morava na mesma rua e julgamos não errar em crer que ele era filho desse João de Vala-

dares e irmão dos dois Rebellos de Valadares já citados.

No arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário encontramos um livro que tem por abertura: «*Este livro contem a receita das esmolas q. os Irmãos vão dando pera os officios e Missas q se dizem per cada hum dos que falecem conforme ao compromisso da Irmandade*»; e por fecho: «*Este livro he dos irmãos q falecem e dos vinteis q pagão das misas & esta por mim enumerado com o meu Nome des as fol setenta e duas tee 98 com o meu sinal nas cabezas das folhas & fiz este ensiame, no dia 28 de Junho de 610 annos Miguel de morgade golias*». Neste livro cheio de dados interessantes para a história da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, lê-se a fl. 28 — «*fr. co rebello abb.^e de são Miguel do Monte mora na rua de Santa Maria*», o mesmo se podendo ler a fl. 86 do mesmo livro.

Perguntar-se-á: e esse Francisco Rebello é o mesmo de que nos ocupamos? É. Senão vejamos o que se encontra lançado a fl. 105 v. do «*Livro das entradas dos irmãos q. teve principio em 1624 e findou em 1640*» (1): «*Francisco Rebello Abb.^e de prazins tempaguo os dous mil rs p.^a, outro e deu grande esmola p.^a asñora de prata sendo juiz dairmãdade da primeyraves*». É o mesmo, chamado communmente de Francisco Rebello. Vemos que cerca de 1610 era abade de São Miguel do Monte (2) e que algum tempo depois de 1633 — ano em que foi juiz pela segunda vez — o era de Prazins. Entretanto, já numa quarta-feira, 4 de Outubro, tomara posse o licenciado Francisco Rebello de Valadares da meia prebenda que fora do Cônego João Alvarez e vencera matinas, segundo a nota à lista dos padres que compareceram no coro, no «*Livro da Contagem do Coro*» do ano de 1628.

(1) Neste livro há já registos de entradas de 1615. Não encontramos o «*Livro Velho*» que deveria conter a entrada de Francisco Rebello de Valadares.


(2) Ao tempo dependente da Colegiada de Guimarães.

Publicados já (*Boletim de Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal de Guimarães*), encontramos dois documentos referindo-se ao Cónego Rebello de Valadares (1):

— Vol. VII, pág. 140: nota referente à posse da meia-prebenda e em que se diz que ele foi cónego em 1635, 36, 37, 39 e 1640;

— Vol. II, pág. 97: traslado das «*Provanças Demanoel dasylva provido no meyo canonicato que resignou nelle Fr^{co} Rabello de Valadares*», o que foi em Janeiro de 1646. Na realidade já tínhamos tido possibilidade de verificar que o Cónego Rebello de Valadares o fora até mais tardiamente do que 1640, pois na lista dos juizes da Irmandade de nossa Senhora do Rosário ainda em 1645 ele era citado como Rev.^o Cónego, aliás a única vez que assim é tratado nas listas dos juizes, pois em relação a 1612, 1633 e 1640 é chamado Rev.^o Abade.

Referindo-se ao culto da Imaculada Conceição, em Guimarães, o Abade de Tágilde reproduz uma acta capitular em que se expressava a crença de toda a Colegiada na Conceição da Virgem sem pecado original. À reprodução, para ser integral falta apenas a lista de 45 assinaturas, que ao caso não interessavam e a nós muito, porque entre elas fomos encontrar a assinatura de Francisco Rebello de Valadares:



Fr^{co} Rebello de Valadares

A acta é de 8 de Dezembro de 1645. Foi nosso interesse procurar nos livros das matrículas dos alu-

(1) Alberto Vieira Braga, a pág. 106 do vol. XVII de «*Curiosidades de Guimarães*» cita um Francisco Rebello, eleito coreiro da Colegiada em 29 de Julho de 1616. Supomos que se trate do Padre Rebello de Valadares, não só porque, como vimos, era assim correntemente designado, como também porque já anteriormente era affecto à Colegiada como abade de uma das suas paróquias.

nos, na Universidade de Coimbra, se alguma notícia havia a colher sobre o estudante Francisco Rebello de Valadares, mas até agora não o pudemos fazer (1). Com vista a colhemos notícia de mais algum dado biográfico, consultámos sim os Índices das Habilitações das várias Ordens e o do Registo Geral dos Testamentos, na Torre do Tombo, onde não encontramos notícia de qualquer honra especial para o nosso historiado. Por todas as facilidades concedidas ali durante as nossas buscas fazemos público agradecimento ao seu meritíssimo Director e nosso Mestre, o Dr. João Martins da Silva Marques.

E, para terminar, transcrevemos uma curiosa notícia que colhemos no livro H. 5-4-66 do superiormente organizado «Arquivo Municipal de Alfredo Pimenta», com o título «*Missas resadas que o Cabido tem obrigação de mandar dizer*» (abrangendo assentos de 1653 a 1798), onde se lê a pág. 139 v.:

*«Todos os Sábados do | anno tem obrigação
o Cabi | do mandar dizer hã missa | rezada de
Nossa Senhora da | Conceição. E sendo dita por
Co | nigo sera de Requiem, E sendo | dita por outro
Sacerdote sera da | festa da Cõceição de Nossa
Se | nhora que he a, 8, do mes de De | çembro E se
a de dizer esta Mi | ssa no altar de Nossa Senhora
da | Conceição Pello Conigo Fran^{co} | Rebello de
Valadares. E tanto que | falecer o ditto Conigo se
dira hã | Missa Cantada deste anal. E por | esta
obrigação deu sem mil reis pera | se empregarem
enfazenda pera sa | tisfazer esta obrigação».*

Logo abaixo, em cursiva, «*Este contrato se desfes E lhe tornarão os cem mil rês*». Inesperado desfecho.

Podemos talvez dizer que o Cónego Rebello de Valadares ainda vivia em 1653.

(1) Como pensamos vir a completar, noutro artigo, os dados já reunidos sobre a história da Irmandade, talvez então nos seja possível anular a lacuna.